



O ministro Carlos Minc discursa na cerimônia em que Sarney recebe homenagem do Ibama, criado há 20 anos

Sarney extingue cargos de direção e subsecretarias

O boletim administrativo publicou ontem atos do presidente do Senado, José Sarney, extinguindo quatro subsecretarias, duas coordenações e duas direções adjuntas. Esses atos deverão ser convalida-

dos pela Comissão Diretora e pelo Plenário da Casa. Também ontem, Sarney foi homenageado pelos servidores do Ibama em solenidade de comemoração do 20º aniversário do órgão. **7**

Jonas Pereira

Pauta inclui repressão ao crime organizado

Plenário pode votar hoje projeto de Serys Slhessarenko, assim como propostas que estabelecem voto aberto no Congresso

O projeto em exame no Plenário determina penas de cinco a dez anos de prisão para quem promover, constituir e favorecer organização criminosa. Três propostas de emenda à Constituição estabelecem voto aberto em deliberações do Congresso Nacional. O presidente do Senado, José Sarney, deve reunir hoje ou amanhã o colégio de líderes para determinar um cronograma de votação para as 11 propostas de emenda à Constituição que estão na pauta, prontas para serem votadas. Várias delas referem-se à redução da maioria penal de 18 para 16 anos. **3**

Comissão sugere mudanças no tribunal do júri

A comissão de juristas que estuda propostas de mudanças no Código de Processo Penal sugeriu ontem o aumento de sete para oito no número de integrantes do júri, com absolvição do réu em caso de empate. **6**



J. Freitas

Projetos criam estímulo à construção

A Comissão de Assuntos Econômicos deve analisar projetos que beneficiam habitação de interesse social. Amanhã, Márcio Fortes fala sobre o programa Minha Casa, Minha Vida. **4 e 5**

Comissão recebe sugestões da população pelo site www.senado.gov.br/novocpp ou pelo e-mail novocpp@senado.gov.br

Efraim adverte: redução de IPI agravará crise de municípios

De acordo com o senador, benefícios fiscais para fabricantes de automóveis, cimento, tintas e vernizes vão afetar o montante de recursos do Fundo de Participação, que é a principal fonte de receita de 80% dos municípios brasileiros. **8**

Marisa: cidadão deve opinar sobre reforma da Lei Rouanet

Senadora conclama brasileiros a participar de debate sobre proposta de mudanças na lei que trata de incentivos às atividades culturais. **2**



Gerardo Magela

Marisa Serrano em Plenário: cultura gera emprego e renda, eleva autoestima da população e preserva identidade nacional

População pode se manifestar sobre proposta do ministério para nova legislação de incentivo à cultura no endereço <http://blogs.cultura.gov.br/blogdarouanet>

Marisa pede à população que debata a Lei Rouanet

A SENADORA MARISA Serrano (PSDB-MS) pediu a todos os brasileiros que fazem cultura ou se interessam pelo assunto que participem do debate sobre a reforma da Lei Rouanet. O Ministério da Cultura elaborou uma proposta e criou um *blog* para que a população possa se manifestar sobre o tema: <http://blogs.cultura.gov.br/blogdarouanet>. Na quarta-feira, o ministro Juca Ferreira discutiu o assunto com os senadores em audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Esporte e Cultura.

– A vinda do ministro foi muito importante, mas não significa que aceitaremos a proposta integral do ministério. A sociedade já está discutindo e nós vamos discutir muito aqui no Senado. Sou de um partido que faz oposição ao governo, mas isso não significa que eu vá fazer uma oposição irracional, pessimista, para baixo e que prejudique a nação. Quero estar em consonância com aquilo que a sociedade exige – disse



Marisa: lei deve descentralizar aplicação de recursos para todas as regiões do país

Marisa Serrano.

Na avaliação da senadora, uma nova Lei Rouanet deve descentralizar a aplicação dos recursos destinados à cultura para todas as regiões do país, e não alocá-los apenas no Sudeste. Ela opinou que, independentemente do tamanho da cidade onde reside ou de sua locali-

zação geográfica, o artista deve ter condições de dispor de verba para desenvolver o seu trabalho.

Para Marisa Serrano, o Brasil deve trabalhar para preservar e fomentar suas manifestações artísticas levando em consideração que a cultura não é apenas brincadeira e festa, mas sim uma alternativa de geração de emprego e renda. A cultura, ressaltou, também eleva a autoestima da população e preserva a identidade de um país.

Em aparte, Mesquita Júnior (PMDB-AC) observou que um país que renuncia à promoção de sua própria cultura é obrigado a viver da cultura alheia. Ele citou a fragilidade da indústria cinematográfica brasileira, destacando que, enquanto o governo federal promove a redução do IPI para as montadoras de automóveis, a cultura sobrevive de migalhas.

Penúria financeira limita atuação do SUS, afirma Papaléo Paes

Ao lembrar que o Sistema Único de Saúde (SUS) completou 20 anos de existência em 2008, Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que “é preciso garantir fontes de financiamento para esse sistema, de modo a superar a crise permanente em que se encontra”. Para isso, o senador defendeu a regulamentação da Emenda Constitucional 29, editada em 2000 para estabelecer os percentuais mínimos de investimentos que o governo federal, os estaduais e as prefeituras são obrigados a investir em saúde.

Papaléo ressaltou que cerca de 80% da população brasileira depende do SUS para ter acesso a serviços de saúde. Ele recordou

que o sistema foi criado pela Constituição de 1988 para oferecer atendimento universal e gratuito, “mas hoje se encontra duramente limitado pela penúria que caracteriza o sistema público de saúde”.

– E uma das principais dificuldades enfrentadas pelo SUS é o subfinanciamento crônico.

Novo tributo

Na avaliação de Papaléo Paes, a crise econômica diminuiu a “sanha arrecadatória” do governo federal e, por causa disso, dificilmente serão retomadas as discussões sobre o projeto de lei do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a emenda 29, em tramitação na Câmara dos



Papaléo lembra que o Sistema Único de Saúde já tem 20 anos de existência

Deputados. Aprovado no Senado em abril do ano passado, o projeto sofreu modificações na Câmara, com a proposta de criação de um novo tributo: a Contribuição Social sobre a Saúde (CSS), que substituiria a extinta Contribuição Provisória sobre Movimento Financeira (CPMF). O senador criticou a tentativa do Executivo de instituir mais um tributo.

Valter Pereira quer regulamentar decisões do STF

Valter Pereira (PMDB-MS) clamou senadores e deputados a aprovarem legislação que regulamente as 19 exigências feitas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao decidir sobre a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Sem a providência, ele acredita que a Fundação Nacional do Índio (Funai), “useira e vezeira em ignorar a lei”, não cumprirá as determinações, pois não há punições previstas.

Para Valter Pereira, um dos pontos mais importantes decididos pelo STF é a participação dos estados e municípios nos processos de demarcação. Amparada pelo Decreto 1.775/93, hoje a Funai apenas ouve os estados e municípios, sem levar em consideração suas posições.

O parlamentar aplaudiu



Valter Pereira: medida obrigará a Funai a ouvir os estados sobre área indígena

a decisão pela qual a Funai não poderá ampliar por conta própria áreas indígenas. Entretanto, apesar de a medida constar da primeira etapa do julgamento do caso Raposa Serra do Sol, em 2008, nos últimos meses a fundação editou seis portarias de demarcação em Mato Grosso do Sul, assinalou o

senador. Ele acrescentou que as áreas alcançarão 12 milhões de hectares, o que equivale a um terço das terras do estado.

Neste mês, “a Funai segue na mesma toada” e já emitiu novas portarias de demarcações, “como se o órgão estivesse acima do Supremo, acima do bem e do mal”, protestou Valter Pereira. Ele é relator de duas propostas de emenda constitucional que tratam de terras indígenas, e seus votos são favoráveis à aprovação dos dois textos.

A primeira (PEC 38/99) transfere para o Senado a competência para homologar áreas indígenas. A segunda (PEC 3/03) responsabiliza a União pela expropriação de terras legalmente adquiridas por fazendeiros e depois incorporadas a áreas indígenas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

No Plenário, homenagem ao PCdoB e votações

A sessão de hoje, às 14h, é deliberativa. No período do expediente serão homenageados os 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O projeto que institui normas para reprimir o crime organizado é um dos 28 itens da pauta de votações.

Sarney recebe ministros e reúne-se com líderes

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 11h o ministro da Cultura, Juca Ferreira, e às 11h30, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge. Às 15h, reúne-se com líderes partidários. E às 16h preside a ordem do dia.

CMA vota projetos e pedido de audiência

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se, às 11h30, para a votação de nove itens. Na pauta, o projeto que trata de medidas para a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário. O colegiado deve votar, também, requerimento de audiência pública sobre proposta que susta o direito do consumidor à informação a respeito da procedência de produtos de origem animal que tenham relação com organismos geneticamente modificados.

Comissão do novo CPP se reúne às 9h

Às 9h, reúne-se a comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal.

Pauta da Comissão de Educação tem 18 itens

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne, às 11h, para o exame de 18 itens. O primeiro é o projeto que estabelece os critérios para o oferecimento de educação integral ou parcial às crianças de até seis anos de idade. A segunda proposta em pauta regulamenta as profissões de artista e de técnico em espetáculos de diversões.

Plano de trabalho para a comissão sobre clima

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas reúne-se, às 14h30, para elaboração do plano de trabalho do colegiado e votação de requerimentos.

Na CRA, crédito para o Plano Safra

Audiência pública, às 9h30, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deve discutir a antecipação de crédito para o Plano Safra. Estão convidados para o debate representantes do Banco do Brasil, do Banco Central e das confederações da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Mudanças no Regimento: reunião às 14h

Às 14h, haverá reunião da comissão temporária interna que apresentará projeto para reforma do Regimento Interno do Senado.

CAE vota incentivo para habitação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião às 10h para a votação de 12 itens. Entre os projetos, encontra-se o que trata de incentivo fiscal ao empregador que construir habitação para o empregado.

Plenário pode analisar cinco propostas de emenda à Constituição, três das quais estabelecem o voto aberto em decisões no Congresso

Repressão ao crime organizado está na pauta

OS SENADORES DEVERÃO votar em turno único, na sessão plenária deliberativa de hoje, a partir das 14h, o projeto que institui normas para reprimir o crime organizado. Também poderão ser votadas em primeiro turno cinco propostas de emenda à Constituição (PECs), três das quais tratam da obrigatoriedade do voto aberto dos parlamentares para a perda de mandato e demais deliberações do Congresso. A pauta inclui um total de 28 itens.

De autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o PLS 150/06 dispõe sobre a repressão ao crime organizado, define esse tipo de delito e determina instrumentos legais para combatê-lo, incluindo normas de investigação, meios de obtenção de prova e procedimento criminal a ser aplicado. Aprovado primeiramente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com emendas, o projeto foi novamente submetido à avaliação do colegiado, que o acolheu com mais duas emendas oferecidas em Plenário.

O texto final, com parecer do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), considera organização criminosa a associação de três ou mais pessoas estruturalmente ordenada, caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de um ou mais entre os 19 crimes listados, conforme tabela ao lado.

O projeto estabelece, por exemplo, que quem promover, constituir, financiar, cooperar, integrar e favorecer pessoal-



Plenário do Senado deve votar projeto que define instrumentos anticrime

mente ou indiretamente organização criminosa será punido com reclusão de cinco a dez anos e multa, sem prejuízo das penas correspondentes aos demais crimes praticados. O financiamento de campanhas políticas destinadas à eleição de candidatos com a finalidade de garantir ou facilitar as ações de organizações criminosas será igualmente punido.

Voto aberto

As propostas que tratam do voto aberto são as PECs 38/04, 50/06 e 86/07, do então senador Sérgio Cabral, de Paulo Paim (PT-RS) e de Alvaro Dias (PSDB-PR), respectivamente. As PECs 38/04 e 86/07 estabelecem o voto aberto no Legislativo para a decretação de perda de mandato do parlamentar. Já a PEC 50/06 determina que todas as votações na Câmara, no Senado e demais deliberações

do Congresso Nacional deverão ser feitas pelo voto aberto dos parlamentares.

Outra matéria que pode ser votada em primeiro turno é a PEC 29/03, cuja proposta é instituir uma avaliação dos objetivos impostos à ordem social por meio de indicadores de responsabilidade social. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), autora da proposição, observou que essa PEC representará o passo inicial para que venha a ser constituída uma lei de responsabilidade social, a exemplo da atual Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Já a PEC 5/05 – que está pronta para ser votada em primeiro turno – determina que os brasileiros residentes no exterior devam votar e eleger deputados federais. De autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), a PEC foi aprovada pela CCJ na forma de substitutivo.

Colégio de líderes deve decidir cronograma de votação de PECs

O presidente do Senado, José Sarney, deve reunir hoje ou amanhã o colégio de líderes para estabelecer um cronograma de votações para as 11 propostas de emenda à Constituição que estão na pauta. Ele atende sugestão do líder do DEM, José Agripino (RN), que destacou o fato de algumas dessas emendas haverem sido incluídas na ordem do dia em 2007.

A maior parte está relacionada com a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Quando foram examinadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), deu preferência à PEC 20/99, que considerou mais

completa, em detrimento das PECs 18/88, 03/01, 26/02, 90/03 e 09/04.

Outras propostas – PECs 38/04 e 86/07 – determinam a votação aberta nos plenários do Senado e da Câmara para casos de cassação de mandatos parlamentares. Já a PEC 50/06 decreta o fim das votações secretas nas duas Casas.

Constam ainda da pauta a PEC 05/05, de Cristovam Buarque (PDT-DF), ampliando o direito de voto dos cidadãos brasileiros residentes no exterior, e a PEC 29/03, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que busca instituir uma avaliação, por meio de indicadores de responsabilidade social, dos objetivos impostos à ordem social.

Seminário discutirá o direito de acesso a informações públicas

O direito de acesso a informações públicas será discutido amanhã e quinta-feira em seminário internacional. A iniciativa é do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, em parceria com o Senado, entre outras instituições. O objetivo é estimular o debate sobre liberdade de informação e discutir projeto de lei sobre o tema, que o Executivo encaminhará ao Congresso Nacional.

Com a participação de especialistas dos Estados Unidos, Canadá, Chile, México e Brasil, o encontro tratará ainda de assuntos como o papel da liberdade de informação na democracia e no exercício da cidadania. O seminário foi organizado em três painéis – “Panorama do direito de acesso a informações no mundo”; “Panorama do direito de acesso a informações públicas no Brasil”; e “Obstáculos para o acesso a informações no Brasil: sugestões de ações e debate do projeto de lei de acesso”. Entre os convidados para o último tema estão os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), além dos deputados Mendes Ribeiro

(PMDB-RS) e Fernando Gabeira (PV-RJ).

Abertura

O presidente do Senado, José Sarney, deverá participar da solenidade de abertura, marcada para amanhã, às 19h, no auditório da TV Câmara. Estarão presentes também o presidente da Câmara, Michel Temer; o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes; o representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, Vincent Defoury; e um representante do Executivo.

Os debates serão realizados na quinta-feira, a partir das 9h, no auditório do Interlegis, no Senado, e poderão ser acompanhados pela internet, no endereço www.interlegis.gov.br.

Também no dia 2, às 12h30, será lançado o livro *Acesso a informação e controle social das políticas públicas*, obra coordenada por Guilherme Canela e Solano Nascimento.

As inscrições, gratuitas, podem ser feitas no endereço www.informacaopublica.org.br.

CMO conclui amanhã eleição da mesa diretora

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve concluir amanhã a eleição de sua mesa diretora para o período 2009/2010. Ainda não há titular indicado para a 1ª Vice-Presidência. Também devem ser indicados os relatores das leis orçamentárias e os coordenadores e integrantes dos comitês de assessoramento na análise dessas matérias.

De acordo com a resolução que disciplina os trabalhos da comissão (RCN 1/06), o prazo final para confirmação dos nomes para os postos acabou ontem – cinco dias após a instalação dos novos membros do colegiado. Com o fim do prazo, a pauta de votações da CMO

fica suspensa até que os cargos sejam preenchidos.

Almeida Lima

Na semana passada, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) foi eleito presidente da CMO, e o deputado Geraldo Magela (PT-DF), relator-geral do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010. Acordo entre os blocos partidários garantiu a eleição do senador Jayme Campos (DEM-MT) para 2º vice-presidente e do deputado João Dado (PDT-SP) como 3º vice.

Mas o posto de 1º vice-presidente ficou em aberto, devido a impasse entre o DEM e o PSDB, partidos do bloco que, pela

proporcionalidade, têm direito a ocupar a vaga. No comando dos trabalhos, Almeida Lima chegou a ler o ofício do líder do PSDB indicando para o cargo um dos seus integrantes, o deputado Edson Aparecido (SP). O DEM, no entanto, não quis ceder a indicação. A solução proposta foi transferir a escolha para amanhã.

Precisam ainda ser preenchidos, entre outros, os cargos de relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010, de relatores para as dez áreas setoriais da LOA, de relator de Receitas da LOA, e de coordenadores de outros três comitês.



Almeida Lima (em pé, à dir.) foi eleito presidente da Comissão de Orçamento, que precisa escolher seu 1º vice-presidente

Projeto de autoria de Roseana Sarney determina que, para redução ou dispensa de contrapartida financeira, municípios deverão apresentar, entre outras características, indicadores de desenvolvimento econômico ou social desfavoráveis em relação à média nacional

Estímulo à construção de moradia é destaque na CAE

PROJETOS DE INCENTIVO à construção de moradias estão na pauta de comissões do Senado esta semana. Hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar projeto que reduz ou dispensa a contrapartida financeira nas transferências voluntárias da União para os municípios. O benefício seria concedido, no entanto, apenas quando os recursos forem

aplicados em programas habitacionais de interesse social ou em projetos de saneamento básico.

A pauta da comissão também prevê a votação de projeto que amplia os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). O dinheiro sairá dos dividendos que a Caixa Econômica Federal repassa atualmente à União. Há também

projeto que permite a dedução, para cálculo do Imposto de Renda, das doações feitas pelo empregador à construção de moradia de seus empregados.

Já as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizam amanhã, às 10h, audiência pública para ouvir o ministro das Cidades, Márcio Fortes.

Ele foi convidado para esclarecer pontos do programa Minha Casa, Minha Vida, de incentivo à construção de moradias, anunciado na semana passada pelo governo federal. O ministro também deve explicar por que o governo decidiu devolver ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) empréstimo captado para obras de saneamento.



Projeto que será votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos contempla os municípios com população inferior a 25 mil habitantes, desde que localizados em áreas mais carentes

Projeto contempla programas de interesse social

A proposta que reduz ou até mesmo dispensa a contrapartida financeira nas transferências voluntárias da União a municípios, de autoria da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), conta com parecer favorável do senador Cícero Lucena (PSDB-PB). Um dos principais itens da pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, a proposição determina que, para a concessão do benefício, os recursos deverão ser aplicados em programas habitacionais de interesse social ou em projetos de saneamento básico.



Roseana quer garantir também recursos para projetos de saneamento básico

O projeto (PLS 331/06), que altera o Estatuto das Cidades (Lei 11.445/07), exige ainda que o município reúna as seguintes características: ter população inferior a 25 mil habitantes; estar localizado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ou em outra

área equiparada a qualquer dessas regiões; e apresentar indicadores de desenvolvimento econômico ou social desfavoráveis em relação à média nacional.

Cícero Lucena acolheu emendas apresentadas pelo

senador Pedro Simon (PMDB-RS) incluindo no benefício a metade sul e o noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Após ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto seguirá para deliberação, em caráter terminativo, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Dedução

Na mesma reunião, a CAE deve votar, desta vez em decisão conclusiva, projeto do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que permite a dedução no Imposto de Renda de gastos com professores de educação física; academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

e academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais.

Mas a dedução, de acordo com a iniciativa (PLS 340/07), só valerá mediante recomendação médica, como terapia de um tratamento claramente definido em laudo médico. O relator, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), é favorável à aprovação da matéria.

Prorrogação

Também consta da pauta da CAE a votação de parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) favorável a projeto do senador César Borges (PR-BA) que prorroga por mais dez anos a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final sejam os portos localizados nas regiões Norte e Nordeste (PLS 238/06).



Márcio Fortes também falará sobre o programa Minha Casa, Minha Vida

Detalhes do programa Minha Casa, Minha Vida devem ser explicados pelo ministro das Cidades, Márcio Fortes, em audiência pública que participará amanhã. A reunião será realizada conjuntamente, às 10h, pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O requerimento é dos senadores Efraim Morais (DEM-PB) e Marisa Serrano (PSDB-MS). Na ocasião, o ministro deve esclarecer também a devolução de US\$ 57 milhões emprestados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para obras de saneamento.

Na opinião de Efraim, manifestada durante reunião da Comissão

de Serviços de Infraestrutura (CI) na semana passada, é um contrassenso que o governo lance um programa habitacional, tendo autorizado, recentemente, a devolução de parte dos recursos (US\$ 57 milhões) emprestados pelo BID para o Programa de Ação Social em Saneamento (PASS).

Segundo o senador, o convênio com o BID teve início em 2004 e previa contrapartida dos estados, contemplando 129 municípios com obras de saneamento básico. Depois, narrou Efraim, o número foi reduzido para seis localidades, tendo o governo, ao final, resolvido devolver os recursos. Para o parlamentar, o programa Minha Casa, Minha Vida tem objetivos eleitoreiros, pois beneficiará poucos municípios.

Ele disse que, na Paraíba, apenas três cidades poderão se candidatar aos financiamentos do plano.

Marisa Serrano quer explicações sobre a devolução dos recursos, mas também deverá arguir o ministro sobre o programa habitacional. Ela é autora de um requerimento para criação de comissão temporária externa para acompanhar a execução do programa lançado pelo governo na quarta-feira passada.

Efraim Morais também participará da audiência representando a CI, já que foi indicado para isso, ao lado dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), pelo presidente daquela comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL)

Dividendos da CEF podem reforçar fundo de habitação

Enquanto o Congresso analisa a medida provisória (MP 459/09) que instituiu programa habitacional para a construção de um milhão de casas, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar hoje parecer favorável, com emenda, do senador Jayme Campos (DEM-MT) a projeto de lei do Senado (PLS 2/06) que pretende ampliar os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).



Cristovam: atuais fontes de recursos são insuficientes para combater déficit no país

Autor do projeto, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) esclarece que o objetivo da medida é reforçar o caixa do FNHIS com metade dos dividendos que a Caixa Econômica repassa anualmente à União. Como a estimativa da receita de dividendos da Caixa situou-se em R\$ 1,3 bilhão em 2008, entrariam nos cofres do fundo, se o projeto já tivesse se tornado lei, cerca de R\$ 660 milhões. Valor ligeiramente menor que esse, R\$ 600 milhões, foi o que a Lei Orçamentária para 2008 estabeleceu para investimento pelo fundo.

O fato de a Caixa ser o principal agente financeiro público para os programas habitacionais e de desenvolvimento

urbano justificaria, para Cristovam, investir parte dos lucros da instituição na construção de moradias populares. O senador argumenta ainda que as duas principais fontes de recursos do FNHIS – o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e as doações do Orçamento Geral da União – são insuficientes para enfrentar o déficit habitacional nesse segmento.

A preocupação com a conservação ambiental também está em pauta na CAE. Projeto de lei (PLS 291/06) da senadora

Serys Shlessarenko (PT-MT) estabelece desconto no Imposto de Renda (IR) para empresas que utilizarem produtos de plástico biodegradável ou hidrossolúvel. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Gilberto Goellner (DEM-MT), e será votada em decisão terminativa pela comissão.

Modalidades

Serys defende a concessão de duas modalidades de incentivo fiscal. As empresas tributadas com base no lucro real poderiam deduzir em dobro, para fins de apuração das bases de cálculo do IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as despesas com bens de plástico com aquelas características. Já as optantes pelo lucro presumido poderiam abater do IR devido até 15% do custo de aquisição destes materiais. O benefício fiscal valeria por dez anos.

No parecer, Gilberto Goellner admite a primeira forma de incentivo, mas rejeita a segunda. Segundo argumentou,

a apuração do custo desses bens de plástico embutido no produto final e sua dedução dos tributos devidos só seriam possíveis após a venda do produto, pois isso exige controle sobre sua entrada e saída no estoque. O relator observa que as empresas tributadas com base no lucro real já mantêm um registro permanente de estoques, exigência que não vale, entretanto, para a maioria das empresas optantes do lucro presumido, inviabilizando para elas, portanto, o benefício.

A CAE também poderá votar hoje projeto de lei (PLS 434/07) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que obriga as concessionárias e permissionárias de serviços públicos a elaborar escrituração contábil e a publicar demonstrações financeiras referentes a cada exercício social.

Uma das inovações previstas é a publicação dessas demonstrações financeiras na internet, o que contribuiria para ampliar a transparência dos dados perante a sociedade. A matéria recebeu parecer do relator, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), pela aprovação.

CRA faz audiência sobre Plano de Safra da Agricultura Familiar

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza hoje, às 9h30, audiência pública sobre a antecipação de crédito para o Plano Safra da Agricultura Familiar – um conjunto de políticas públicas do Poder Executivo. O debate foi proposto pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP). Participam da audiência o diretor de Agrogestão do Banco do Brasil, José Carlos Vaz; o professor da Universidade de São Paulo e representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Guilherme Dias; e o secretário de Políticas Agrícolas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovariz. Também foi convidado para a audiência o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles (sem confirmação de presença).



Comissão de Agricultura discute antecipação de crédito para os agricultores familiares com representantes do Banco do Brasil, Contag e CNA

O Plano Safra 2009/2010 será apresentado em maio deste ano e há expectativa de que sejam anunciados recursos de até R\$ 100 bilhões. Na safra 2008/2009, o financiamento previsto foi de R\$ 78 bilhões, sendo

R\$ 65 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar.

O programa Mais Alimentos foi associado ao Plano Safra 2008/2009

e, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, trata-se de "uma estratégia estruturante de longo prazo que vai ampliar e aprofundar as políticas públicas direcionadas para

4 milhões de unidades produtoras no campo".

A reunião será realizada na sala 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Comissão sobre mudanças do clima planeja ações

Análise de projetos e audiências públicas com especialistas devem fazer parte da agenda para 2009

A COMISSÃO MISTA Permanente sobre Mudanças Climáticas, instalada no dia 17, deverá traçar seu plano de trabalho para 2009 em reunião que ocorre hoje a partir das 14h30. Além da análise de projetos que tramitam no Congresso sobre o assunto, a comissão deverá realizar audiências públicas com especialistas sobre os problemas econômicos causados pelo aquecimento global e sobre soluções tecnológicas que podem ser adotadas pelos governos

federal, estadual e municipal.

A comissão é presidida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ela considera que será crescente a importância dos trabalhos da comissão este ano, uma vez que o mundo inteiro está preocupado com os problemas causados pelas mudanças climáticas.

O relator é o deputado Colbert Martins (PMDB-BA) e a vice-presidente, a deputada Vanessa Graziotin (PCdoB-AM). A comissão é composta por 12 senadores e 12 deputados.



Comissão é presidida por Ideli, entre os deputados Martins (E) e Graziotin (D)

Serys participa de reunião nos EUA sobre aquecimento global

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), que preside a Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável, representa o Senado na primeira reunião da Comissão Internacional do Clima e Segurança Energética, que termina hoje em Washington (EUA). A comissão é integrada por parlamentares do G8+5, grupo das oito maiores economias do mundo mais as cinco maiores economias emergentes.



Senadora propõe economia de baixa emissão de carbono como reação à crise mundial

No evento, os parlamentares concentram suas atividades na busca de soluções para a crise econômica global, a segurança energética e as mudanças climáticas.

Para a senadora, a transição para uma economia de baixas emissões é a única forma de enfrentar os desafios mundiais de recuperação e obtenção de desenvolvimento econômico, bem como de combate ao aquecimento global e outros problemas climáticos. Segundo Serys, somente uma cooperação de todos os países, englobando governos e sociedade, poderá avançar nessa direção. Ela lembra o compromisso do governo Luiz Inácio Lula da Silva com o uso cada vez mais abrangente das fontes alternativas de energia renovável e limpa, como a hidroeletricidade, os biocombustíveis e as energias solar e eólica.

Entre as propostas resultantes do evento, poderá figurar um compromisso para a construção de mercados de baixo carbono, por meio da aplicação de novas políticas em setores estratégicos, como energias renováveis, redes elétricas "inteligentes" e veículos de baixa emissão de gases para transporte público e uso particular.

Os integrantes da conferência também podem propor às principais economias do mundo um compromisso para incluí-lo, em pelo menos 20% de seus pacotes de estímulo econômico, de projetos de baixo teor de emissão de carbono. Esse alinhamento atuaria como um fator multiplicador para acelerar mudanças na direção de uma economia de baixo carbono, conforme explicou a senadora.

Serão analisadas três emendas apresentadas em Plenário ao substitutivo elaborado por Raupp

CCJ decide amanhã sobre novas regras para precatórios

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa amanhã três emendas de Plenário apresentadas à proposta de emenda à Constituição que altera as regras de pagamento de precatórios em atraso. Em junho do ano passado, a comissão aprovou substitutivo do relator Valdir Raupp (PMDB-RO), que condensa essa (PEC 12/06) e outras seis propostas.

O texto foi aprovado também em junho pelo Plenário, quando foram apresentadas as três emendas, que devem ser agora votadas na CCJ. Os precatórios, em termos gerais, constituem-se em uma dívida do Estado decorrente de uma sentença judicial.

Uma das emendas oferecidas ao substitutivo, de Epitácio Cafeteira (PTB-MA), determina que o pagamento dos precatórios seja feito somente ao titular ou a seus sucessores legítimos. Prevê ainda que a lei estabeleça as hipóteses que permitam o pagamento de precatórios mediante procuração. "Nosso objetivo é impedir a condenável prática da negociação que tenha precatórios como moeda", explica o senador.

Outra emenda, de Francisco Dornelles (PP-RJ), exclui dos efeitos da PEC os precatórios cujos pagamentos estão sendo cumpridos de acordo com as regras da Emenda Constitucional 30/00, que, para algumas dívidas judiciais, concedeu prazo de dez anos. Segundo Dornelles, a emenda evita que "se coloque no mesmo balaio" os precatórios em atraso com aqueles cujos pagamentos estão sendo cumpridos pontualmente.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) é quem sugere o maior número de mudanças no texto. Em emenda substitutiva global, propõe que no regime especial criado para o pagamento dos precatórios, os devedores destinem a cada ano uma parte de sua receita corrente líquida para pagar as dívidas: os estados e o Distrito Fed-

eral reservariam entre 0,6% e 2% dessa receita, enquanto os municípios reservariam entre 0,6% e 1,5%.

Estoque

Virgílio propõe o aumento de 12 para 15 anos o prazo de vigência do regime para os estados e municípios que optarem pela vinculação de receita com base no estoque de precatórios. Também sugere a vinculação do comprometimento de 2% ou 1,5% da receita líquida corrente (RLC) para os estados e municípios que possuam uma dívida de precatórios superior a 35% da sua RLC. O substitutivo já aprovado limita esse percentual para os entes que possuem dívida maior que 20% da RLC. A emenda propõe ainda o fim do critério de ordem cronológica para a quitação de precatórios dentro do regime especial. Finalmente, a proposta de Virgílio retira do substitutivo o prazo máximo de 12 anos estipulado para a quitação do precatório pelo regime especial.

A relatoria das emendas é de Kátia Abreu (DEM-TO). O substitutivo foi elaborado com base nas PECs 12/06, de Renan Calheiros (PMDB-AL); 1/03, do ex-senador Maguito Vilela; 23/03, de Efraim Morais (DEM-PB); 51/04, de Pedro Simon (PMDB-RS); 11/05, do ex-senador José Maranhão; 29/05, do ex-senador Sérgio Cabral; e 61/05, de Paulo Paim (PT-RS).



Substitutivo de Valdir Raupp reúne sete propostas e recebe emendas de Plenário



Juristas debatem sugestões para um novo Código de Processo Penal e elaboram texto que será discutido com a sociedade

Comissão propõe mudanças no tribunal do júri

A comissão de juristas que estuda propostas de mudança no Código de Processo Penal (CPP) sugeriu, ontem, alterações na composição do tribunal do júri.

A principal seria o aumento de sete para oito no número de integrantes do júri, com a absolvição do réu em caso de empate. A informação foi dada pelo promotor de Justiça de Goiás, Tito Souza do Amaral, que integra a comissão.

Ele explicou que a decisão não foi unânime, mas que a maioria da comissão considera injusta – especialmente em caso de acusações graves, como homicídio, por exemplo – uma condenação com base na diferença de apenas um voto, o que pode acontecer no caso de número ímpar de jurados.

"Um resultado de cinco votos contra três pela condenação do réu seria, em tese, mais justo

e seguro para se proferir uma sentença", afirmou o procurador, ao defender que as decisões deveriam ser tomadas por maioria.

– A comissão decidiu democraticamente – considerou, explicando que o tema foi discutido nas últimas reuniões do colegiado.

Provas

O promotor afirmou ainda que os juristas procuraram manter a maioria das disposições aprovadas pela Lei 11.689/08, que alterou dispositivos do CPP (Decreto-Lei 3.689/41).

Também no que se refere às provas em processos judiciais, disse o jurista, será mantido quase tudo o que já existe na legislação vigente.

– Estamos procurando manter o texto que foi aprovado recentemente pelo Congresso Nacional; estamos trabalhando em

sintonia com o que o Congresso já decidiu para respeitar o que já foi decidido – frisou.

Em abril, anunciou ainda o procurador, a comissão vai apresentar à sociedade um texto para discussão em audiências públicas, que ocorrerão no Senado e nas principais capitais brasileiras. O objetivo, disse, é que mais pessoas possam participar e contribuir com o texto final.

Sugestões

Os cidadãos já podem encaminhar sugestões pelo site www.senado.gov.br/novocpp e pelo e-mail novocpp@senado.gov.br. O texto final, garantiu o procurador, será apresentado até o começo de julho ao presidente do Senado para que comece a tramitar como projeto de novo CPP.

A reunião da comissão de juristas continua hoje.

Declaração contra racismo e intolerância em debate

A segunda audiência preparatória para a conferência de Genebra de avaliação da implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância (África do Sul, 2001) será realizada amanhã, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A conferência de Genebra ocorrerá de 20 a 24 de abril.

No dia 18, a CDH realizou audiência na qual representantes da causa indígena denunciaram o racismo com que são tratados pela sociedade.

Para a audiência de amanhã foram convidados os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos; a coordenadora da Secretaria Executiva de Articulação Nacional de Mulheres Negras, Jurema Werneck; a relatora da Conferência de Durban, Edna Roland; o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, MG e ES, Manoel Uilton dos Santos; e o representante da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) Cláudio Nascimento.

Jorge Gerdau falará sobre a crise e o setor produtivo

A Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade convidou um empresário para apresentar aos senadores os problemas que o setor produtivo vem enfrentando. Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau (siderurgia), falará no dia 14 aos senadores sobre como o setor industrial está vendo a crise internacional e como tenta superar a falta de crédito para exportações e a queda nas encomendas.

Em pouco mais de 20 dias, a comissão ouviu nove depoimentos – de economistas, autoridades e representantes do sistema financeiro e da construção civil – sobre crédito e juros. Muitos senadores acreditam que, se os juros caírem para os consumidores, a economia interna será reativada.

As audiências são realizadas em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi indicado para preparar um relatório, com sugestões ao Congresso e ao governo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Antônio Carlos Valadares • Valter Pereira • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Publicados ontem no Boletim Administrativo do Pessoal, atos precisam ainda ser aprovados pela Comissão Diretora e pelo Plenário, na forma de projeto de resolução

Sarney extingue oito órgãos administrativos do Senado

O BOLETIM ADMINISTRATIVO do Pessoal publicou ontem atos do presidente do Senado, José Sarney, extinguindo quatro subsecretarias, duas coordenações e duas direções adjuntas. Três delas não estavam entre os 50 cargos de direção cuja extinção foi anunciada há dez dias: a Subsecretaria de Divulgação e Integração, da Secretaria Especial de Comunicação Social; a direção adjunta do ILB; e a Subsecretaria de Treinamento e Logística, da Secretaria de Polícia.

Entre as já anunciadas, foram extintas a Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria

Especial de Editoração e Publicações; e a Subsecretaria de Planejamento e Execução de Convênios. Também não existem mais as coordenações de Análise de Notícias, da Secretaria Especial de Comunicação Social; e de Apoio Técnico da Advocacia. Foi ainda extinta uma diretoria geral adjunta da Direção Geral da Casa.

Todos os atos terão de ser convalidados pela Comissão Diretora e, posteriormente, na forma de projeto de resolução, pelo Plenário da Casa.

Também ontem, o 1º secretário, senador Heráclito Fortes

(DEM-PI), nomeou o desembargador federal aposentado e professor da Universidade de Brasília (UnB) Carlos Mathias Fernando de Souza como vice-reitor acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Ele substituiu Vânia Maione no cargo.

Outra nomeação foi a do novo diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o servidor Carlos Roberto Stuckert. Ele já exercia, no ILB, a direção da Subsecretaria de Treinamento. Stuckert também substituiu Vânia Maione, que também ocupava o cargo.



Fernando César Mesquita, Carlos Henrique Custódio, Carlos Minc, José Sarney e Roberto Messias Franco durante a comemoração

No 20º aniversário, Ibama homenageia seu criador

O presidente do Senado, José Sarney, foi homenageado ontem pelos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em solenidade de comemoração do 20º aniversário de criação do órgão. Sarney era presidente da República quando tomou a decisão de instituir o Ibama.

Participaram também da comemoração o presidente do Ibama, Roberto Messias Franco; o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc; o presidente dos Correios, Carlos Henrique Custódio; e o primeiro presidente do instituto, Fernando César Mesquita. Na solenidade, foi lançado pelos Correios um selo e um carimbo

comemorativos da data.

Minc ressaltou, em seu discurso, que Sarney é considerado um "eco-aliado" das causas ambientais. O ministro também anunciou a realização de dois concursos públicos ainda este ano para o preenchimento de cargos no órgão.

Sarney lembrou as pressões internacionais que o Brasil sofreu, quando ele era presidente da República, em relação à Amazônia. A reação levou à criação de um grupo de trabalho liderado por Fernando César Mesquita, que ficou responsável pelo programa Nossa Natureza.

O resultado do trabalho, disse, foi a criação do Ibama, que reuniu a Secretaria Especial do

Meio Ambiente (Sema), vinculada ao extinto Ministério do Interior; o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); a Superintendência de Pesca (Sudepe); e a Superintendência da Borracha (Sudhevea).

– Resolvemos extinguir cinco grandes órgãos, que juntamos para fazer um só, que enfrentasse o problema ambiental decisivamente. Essa é uma luta que foi dada ao Ibama. Devemos reconhecer que é uma luta ideológica e que a primeira tarefa é o convencimento. Sem as medidas que pugnamos, não haverá um amanhã. Se liquidarmos com a natureza, acabaremos com a história do próprio homem – afirmou Sarney.

Suplicy pede informações sobre estrutura do Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou à Mesa do Senado pedido de informações sobre a estrutura administrativa da Casa. Em sua consulta, ele pede que o Senado informe a evolução do quadro de diretores das secretarias, subsecretarias e coordenadorias, ano a ano, desde 1989.

Suplicy observa que, por ser constitucionalmente responsável pela fiscalização do Executivo, o Senado deve dar exemplo de transparência. Ele manifestou também apoio à proposta do senador Renato Casagrande (PSB-ES) para que seja criado, na internet, o Portal da Transparên-

cia do Senado Federal.

Suplicy explicou que os senadores foram surpreendidos pelas informações recentemente divulgadas sobre a administração da Casa. Ele afirmou que assumia sua parte de responsabilidade nesse desconhecimento, por não haver solicitado, com mais frequência, dados relativos à estrutura da instituição. Contribuiu para isso, assinalou, o grande volume de matérias que passaram a tramitar no Senado. Somente em 2008, lembrou, foram 3.383 novas proposições, além daquelas de anos anteriores que continuam sendo analisadas.



Senadores foram surpreendidos com as notícias sobre a Casa, diz Suplicy

O parlamentar explicou ainda que, em 2008, atuou como membro titular em três comissões e como suplente em outras três. E relatou as atividades desenvolvidas em seus gabinetes, em Brasília e em São Paulo, que nos meses de funcionamento normal da Casa chegam a receber cerca de 15 mil e-mails por mês.

Mão Santa: "Minha vida é limpa e não tenho funcionário fantasma"

O senador Mão Santa (PMDB-PI) rebateu denúncias publicadas pela imprensa no fim de semana de que haveria um funcionário fantasma em seu gabinete e de que um de seus assessores, Doca Lustosa, teria feito ligações pedindo dinheiro para sua campanha. Ele afirmou que sua vida "é limpa".

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Papaléo Paes (PSDB-AP), Valter Pereira (PMDB-MS) e Cícero Lucena (PSDB-PB) manifestaram apoio a Mão Santa.

Ao final da sessão, o senador leu uma nota de Doca Lustosa à imprensa, na qual o assessor afirma que não manteve contato com nenhuma pessoa ligada à empresa Camargo Corrêa, objeto de investigação na operação Castelo de Areia. Lustosa alega que "vários pedidos de ajuda financeira" foram feitos para a campanha do PMDB de Parnaíba (PI) nas eleições de 2008, mas "sempre de acordo



Mão Santa rebate denúncias e recebe o apoio de quatro outros senadores

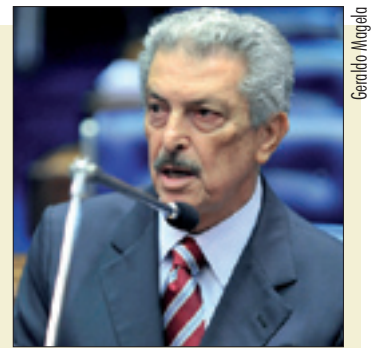
com a legislação eleitoral".

Mão Santa disse ainda que o governo brasileiro, a seu ver, tem uma parcela de culpa na crise econômica por haver estimulado os empréstimos consignados contratados por aposentados e incentivado a aquisição de bens em várias prestações. Ele também criticou a concessão de bolsas às mães – o que, segundo ele, "contraria o planejamento familiar e a paternidade responsável".

Corregedoria está analisando informações

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), enviou ofício à Mesa no qual relata conversa que teve com o juiz da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, Fausto de Sanctis, sobre a operação Castelo de Areia. De acordo com o ofício, o juiz "colocou-se à disposição para colaborar e compartilhar informações que possam esclarecer fatos do interesse do Senado e do país".

Tuma relata que a Corregedoria "está analisando notícias veiculadas na imprensa e solicitando informações à Polícia Federal" sobre as investigações em curso. O corregedor afirmou que, segundo o juiz, a operação não objetiva investigar a atuação



Tuma diz que juiz pode compartilhar informações sobre a Camargo Corrêa

de partidos políticos ou de parlamentares, até porque esses gozam de foro especial perante a Suprema Corte.

No entanto, de acordo com o magistrado, informou Tuma, surgiram nomes de partidos e parlamentares nas escutas telefônicas autorizadas judicialmente sobre crimes de evasão de divisas, faturamento de obras públicas e lavagem de dinheiro, praticados, em tese, por diretores da empreiteira Camargo Corrêa.

Faltam poucas assinaturas para a CPI do Dnit, anuncia Couto

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou ontem que já conseguiu reunir, novamente, quase todas as assinaturas necessárias para a criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A CPI deveria ter sido instalada na semana passada. Porém, quatro senadores retiraram suas assinaturas do requerimento. Para criar uma comissão de inquérito, é necessário o apoio de, no mínimo, 27 senadores.

Mário Couto informou que encaminharia ontem ao Ministério Público Federal (MPF) ofício com relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) demonstrando o superfaturamento em obras administradas pelo Dnit. O senador pedirá que o MPF inicie uma investigação.

– Eu não vou desistir. Foi um ano e meio de luta, que



Mário Couto: há no órgão "uma situação de corrupção generalizada"

derrubaram em uma hora, mas não vão me derrubar – afirmou Mário Couto.

O parlamentar disse que há no órgão "uma situação de corrupção estabelecida". Segundo ele, essa seria a razão por que muitas obras em seu estado, o Pará, não podem ser realizadas. Citou como exemplos a conclusão da rodovia Transamazônica, a das esclusas do rio Tucuruí e a rodovia Santarém-Cuiabá.



Governo erra ao se concentrar em grandes cidades, aponta senador

Heráclito critica novo programa habitacional

Heráclito Fortes (DEM-PI) fez ontem duras críticas ao programa Minha Casa, Minha Vida, lançado pelo governo federal na semana passada com o objetivo de propiciar a construção de 1 milhão de moradias populares. No entender do parlamentar, por concentrar-se nos grandes centros urbanos, o projeto do Executivo repete o erro dos programas habitacionais do regime militar (1964-1985), que provocaram inchaço urbano.

– A migração para as cidades de brasileiros sem emprego acabou por gerar a violência a que assistimos hoje – apontou Heráclito.

O senador lamentou também que as obras do Minha Casa, Minha Vida estejam sendo programadas para grandes construtoras, o que seria, segundo ele, uma forma de concentração econômica prejudicial aos pequenos negócios.

Em aparte, Efraim Morais (DEM-PB) observou que o número de municípios a serem beneficiados com o programa de moradia popular é muito reduzido: 14, em 449, na região Norte; 46, em 1.794, na região Nordeste; 11, em 453, na região Centro-Oeste; 115, em 3.198, na região Sudeste; e 39, em 1.189, na região Sul.

– Esse programa é um engodo, uma ilusão – protestou o senador pela Paraíba, estado que terá três municípios beneficiados.

No Piauí, onde apenas dois municípios foram incluídos no Minha Casa, Minha Vida, o crescimento econômico, conforme Heráclito Fortes, está se dando em direção às chamadas fronteiras agrícolas, mas as metas do programa não espelham essa mudança.

O discurso de Heráclito foi apoiado em apartes também pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que se avaliasse positivamente a disposição do governo de aumentar o número de moradias e disse acreditar que as críticas da oposição levarão a aperfeiçoamentos no programa.

Para senador pela Paraíba, conta de benefícios fiscais do governo federal é paga pelas prefeituras, que já sofrem com a queda de receitas de seu Fundo de Participação

Efraim diz que redução de IPI prejudica municípios

O senador Efraim Morais (DEM-PB) criticou em Plenário a decisão do governo, anunciada ontem, de reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de uma série de mercadorias produzidas pela indústria nacional, como automóveis e materiais de construção. O benefício fiscal, disse, causará graves problemas financeiros às prefeituras, devido à redução nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cujas fontes de receita são o Imposto de Renda e o IPI. O FPM, ressaltou o senador, é a principal fonte de recursos de mais de 80% dos municípios.

Embora reconhecendo que a



Efraim lembra que 80% dos municípios dependem do FPM

concessão do benefício fiscal é uma forma de incentivar a economia, Efraim Morais observou que “as prefeituras é que vão pagar as benesses do governo,

que mais uma vez está dando esmolas com chapéu alheio”.

Comentando matéria publicada pelo jornal *PB Agora*, o senador lamentou a queda de 16,4% nos repasses do FPM aos municípios em março, e alertou para a possibilidade de muitos funcionários municipais não receberem salários este mês.

Efraim criticou ainda o pacote habitacional lançado pelo governo federal, por não beneficiar cidades com menos de 100 mil habitantes.

– O governo está mais uma vez injetando recursos nas grandes cidades. Apenas 573 municípios dos mais de 5.500 serão beneficiados – lamentou.

Paim: reforma tributária tira dinheiro da Seguridade Social

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que a proposta de reforma tributária (PEC 233/08), em discussão na Câmara dos Deputados, pode afetar seriamente a Seguridade Social (previdência, saúde e assistência social), pois acaba com a arrecadação direcionada ao setor. Ele explicou que, pelo projeto em debate, toda a arrecadação federal irá para o caixa central do Tesouro, de onde sairiam repasses para cada área.

O senador lembrou que os

constituintes de 1988 fizeram questão de direcionar diversas fontes de contribuições para a Seguridade Social, no intuito de garantir que o setor não ficaria à mercê de mudanças de políticas de governo.

Para Paim, mesmo no atual sistema, o governo federal vem tirando recursos da Seguridade Social para, na expressão do senador, “fazer superávit primário para pagar juros da dívida pública”. Segundo ele, estudos de órgão de classe revelam que



Ideia de reunir toda a receita federal em caixa central é criticada por Paim

a Seguridade Social teve um superávit de aproximadamente R\$ 400 bilhões nos últimos oito anos, mas o dinheiro foi usado pelo governo em outras áreas.

Mesquita Júnior cobra a reforma política

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou, em discurso, que o Legislativo deve concentrar esforços na elaboração de uma reforma política que possa adequar a legislação eleitoral ao arcabouço jurídico do país, adaptando-a às exigências da sociedade.

Na opinião do senador, o Congresso Nacional atua com certa omissão na análise do tema, que acaba ganhando destaque somente a partir de interferências legítimas do Judiciário, sempre que chamado a se pronunciar em assuntos de sua competência.

Como exemplo, Mesquita Júnior citou decisão do Tribunal Superior Eleitoral, ratificada pelo Supremo Tribunal Federal, segundo a qual o mandato parlamentar pertence aos partidos, o que, disse ele, acaba tendo efeito decisivo para o princípio da fidelidade partidária.



Mesquita Júnior aponta “certa omissão” do Congresso

Comunidade recebe apoio de João Pedro

Os moradores do bairro Colônia Antônio Aleixo, em Manaus, que são contra a instalação de um porto no local, receberam ontem o apoio do senador João Pedro (PT-AM), para quem as autoridades precisam ouvir a voz dos habitantes daquela comunidade.

– Não se pode, por conta de interesses econômicos, ultrajar dimensões como a memória, a história e a cultura – afirmou.

João Pedro lembrou sua participação, na última sexta-feira, de um seminário para discutir o assunto, no qual estiveram presentes Arthur Virgílio (PSDB) e Jefferson Praia (PDT) – também representantes do Amazonas.

– Esse seminário tem que ser compreendido como um alerta de como devem ser ocupadas as cidades – frisou João Pedro.



João Pedro: moradores de colônia são contra porto



Entre contratados estariam parentes de diretores da instituição, registra Alvaro

Alvaro Dias: TCU vai investigar gastos da UnB

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve realizar auditoria na Universidade de Brasília (UnB) para verificar a legalidade da contratação de pessoas físicas, a título de serviços de terceiros, para atuarem junto às unidades da instituição, em concursos realizados pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe) e a órgãos da administração federal. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) foi o autor do requerimento pedindo a investigação.

– Pedi à minha assessoria que reunisse dados coletados pelo Portal da Transparência a respeito dos hospitais universitários, e os submetesse à Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado, para análise de consistência. Chamou atenção a diferença de padrão dos gastos da UnB comparado com o das demais universidades.

Segundo Alvaro Dias, do orçamento da UnB em 2008 (R\$ 934 milhões), R\$ 155 milhões foram gastos com pessoas físicas contratadas a título de serviços de terceiros, sem concurso público. Esse valor coloca a Universidade de Brasília em primeiro lugar no ranking das instituições do Ministério da Educação (MEC), sendo que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que ocupa o segundo lugar, gastou R\$ 11 milhões.

O senador informou que a despesa da UnB com “serviços de terceiros – pessoa física” representa 47% do que é gasto no âmbito do MEC e entidades supervisionadas na mesma rubrica. Teria havido um aumento nesse gasto de 111% no período entre 2004 e 2008. Dentre os contratados estariam parentes de diretores de unidades da UnB, como o próprio Cespe.

Londrina

Alvaro também comentou a eleição realizada domingo para a escolha do novo prefeito de Londrina. Ele cumprimentou o vencedor, Barbosa Neto (PDT), mas classificou o pleito de inusitado e de terceiro turno. O senador disse que a abstenção recorde de 20%, ou 70 mil eleitores, deveria servir de lição.

“Analfabetismo só acabará em nove décadas”

Ao anunciar a realização da 6ª Conferência Mundial de Educação de Adultos, em Belém, entre 19 e 24 de maio, Cristovam Buarque (PDT-DF) fez um apelo para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

não deixe de comparecer à abertura do evento. O senador lamentou o fato de o chefe do Executivo brasileiro não poder comemorar ali a erradicação do analfabetismo no país.

Segundo Cristovam, a boa

nova poderia ser dada por Lula aos conferencistas se o programa Brasil Alfabetizado – iniciado em 2003, quando o senador foi ministro da Educação – tivesse sido mantido pela pasta com as características originais

de erradicação do analfabetismo e não se desvirtuado em um mero programa.

– Se seguirmos a média dos últimos anos, vamos precisar de 89 anos para acabar com o analfabetismo.